

AS ABORDAGENS TIPOLÓGICAS DOS TEXTOS

Socorro Cláudia Tavares de Sousa¹

Resumo: Inserido na área da Linguística Textual, o presente trabalho tem como objetivo investigar a noção de “tipo textual” e de “sequência textual” no interior do quadro teórico elaborado por Koch e Fávero (1987) e por Adam (1992, 2008). Para realizarmos este intento, inicialmente discutimos a noção de tipologia, em seguida analisamos as diferentes terminologias e conceitualizações utilizadas para designar os “esquemas textuais” e por fim examinamos como as noções de “tipo textual” e “sequência textual” são apresentadas nas tipologias selecionadas. A análise desses construtos teóricos nos permitiu constatar: aspectos convergentes no que se refere à natureza cognitiva das noções e a existência de uma quantidade limitada de “tipos textuais”; e aspectos divergentes no que se refere à relação de influência dos fatores sociais na constituição das noções analisadas e a não coincidência dos tipos apresentados.

Palavras-chave: Tipologia. Sequência textual. Tipo textual.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Linguística Textual, desde seu surgimento, toma o texto como objeto de estudo; concomitantemente há um interesse pela criação de tipologias textuais, de modo que estas refletem de alguma forma o percurso da disciplina, implicando a criação de propostas tipológicas de natureza bastante distintas. De acordo com Ciapuscio (1994), em uma etapa denominada gramática de texto, as tipologias centraram-se em aspectos estritamente linguísticos ou internos ao texto, como as de Harweg (1968) e de Weinrich (1972). Em outra etapa, a Linguística Textual de orientação pragmática produziu tipologias funcionais, ou seja, tipologias que identificaram classes de textos como classes de ações, como é o caso da tipologia de Longacre e Levinsohn (1978). A partir dos anos 80, as reflexões tipológicas consideram que as classificações dos textos devem sustentar-se em vários níveis, de modo que os enfoques tipológicos passaram a ser mais complexos e mais flexíveis, como é o caso da proposta de Brinker (1988).²

¹ Doutora em Linguística. Professora Adjunta I do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade Federal da Paraíba. Email: sclaudiats@gmail.com.

² Para conferir as referências de Harweg (1968), Weinrich (1975), Longacre e Levinsohn (1978) e Brinker (1988) ver Ciapuscio (1994).

Considerando a existência de uma vasta literatura sobre o assunto, no presente trabalho temos a pretensão de discutir a noção de “tipo textual” e “sequência textual” no interior das propostas tipológicas de Koch e Fávero (1987) e de Adam (1992, 2008). A escolha dessas duas abordagens se justifica pelo fato de que a primeira leva em consideração diferentes dimensões na construção de sua tipologia, enquanto que a segunda apoia-se em critérios linguísticos.

A nosso ver, o estudo das tipologias tem relevância porque aprofunda o conhecimento sobre os textos, favorecendo os processos de produção e de recepção; e fomenta um veio de pesquisas que explora o tipo textual como um instrumento para a abordagem dos gêneros (SOUSA, 2004), dentre outras razões.

Para atingirmos o objetivo pretendido, fizemos o seguinte percurso: refletimos sobre o que seja “tipologia”, discutimos sobre as diferentes terminologias e conceitualizações utilizadas para designar os “esquemas textuais” e exploramos as noções de “tipo” e “sequência” no quadro teórico de Koch e Fávero (1987) e no de Adam (1992, 2008).

2 EM TORNO DA NOÇÃO DE TIPOLOGIA

Considerando que o enfoque do presente trabalho centra-se na noção de tipologia textual, é inevitável discutirmos o que vem a ser “tipologia”. Autores como Adamzik (1995) e Kron³ (2002) e Isenberg (1987), por exemplo, se debruçaram na explanação de aspectos caracterizadores de uma tipologia de textos. Adamzik (1995) e Kron (2002) o fazem comparando com a noção de “sorteamento”. Segundo os autores, enquanto o sorteamento de textos é um procedimento de base indutiva e empírica, a tipologia de textos é um procedimento de base dedutiva e teórica. Nesse sentido, a tipologia parte de uma teoria e tem como objetivo categorizar o universo textual de forma sistemática e exaustiva. Assim, a caracterização dos textos é baseada em um conjunto limitado de critérios, constituindo um número relativamente pequeno de tipos. Para os autores, a tipologia não utiliza as categorizações já

³ Para conferir a referência de Adamzik (1995) e Kron (2002) ver Blühdorn e Andrade (2009).

existentes em uma dada comunidade, já que estabelece sua própria terminologia para dar conta de todos os textos. Em contraposição, o sorteamento toma como ponto de partida as denominações que são utilizadas na língua popular. Segundo Blühdorn e Andrade (2009, p. 28), “é evidente que a lingüística textual como disciplina científica não se pode contentar com um mero sorteamento ou uma simples classificação, mas deve buscar estabelecer uma tipologia de textos teoricamente fundamentada.”.

Já Isenberg (1987) estabelece as propriedades de uma tipologia que são: a homogeneidade, a monotípiã, o rigor e a exaustividade. A homogeneidade diz respeito à base que sustenta as definições dos tipos textuais, que deve ser da mesma natureza. A monotípiã diz respeito à atribuição de um dado texto a um único tipo textual, ou seja, um texto não pode ser classificado em diversos tipos em um mesmo nível de hierarquia. O rigor refere-se ao fato de não haver ambiguidade tipológica, de modo que o texto não possa ser classificado em distintos tipos. Por fim, a exaustividade se refere ao fato de que a tipologia tenha a possibilidade de ser aplicada em todos os textos.

Embora tenha estabelecido os requisitos de uma tipologia textual, Isenberg (1987) não desenvolveu uma proposta tipológica seguindo suas próprias orientações. Seus requisitos rígidos geraram para o autor uma reflexão de que seria impossível existir uma tipologia que se adequasse a cada um de seus critérios, de modo que o próprio Isenberg (1987) sugeriu que uma tipologia deveria ser um sistema de classificação complexo constituído de diferentes níveis a fim de possibilitar a análise de textos empíricos. Essa perspectiva abre espaço para tipologias como a de Heinemann e Vieweger⁴ (1991) que estabelece diferentes níveis de tipologização, tais como: tipos de função, tipos de situação, tipos de procedimento, tipos de estruturação textual e tipos de formulação prototípica. Outro aspecto positivo da discussão de Isenberg (1987) reside na reflexão sobre os aspectos caracterizadores de uma tipologia, haja vista nos depararmos com diferentes sistemas de categorizações textuais em contraposição a uma escassa reflexão sobre o que seja uma tipologia.

⁴ Para conferir a referência de Heinemann e Viehweger (1991) ver Ciapuscio (1994).

Autores como Petitjean (1989), Ciapuscio (1994), Marcuschi (2000) elaboraram uma resenha crítica das tipologias existentes. Petitjean (1989) distribuiu as tipologias em três grandes grupos: as tipologias enunciativas, que fazem referência a situações enunciativas; as tipologias comunicativas ou funcionais, que se ancoram nos componentes dos processos de comunicação; e as tipologias situacionais, que se fundam no domínio social e/ou institucional em que os textos são produzidos. Já Ciapuscio (1994) analisou as tipologias em consonância com a época de sua produção, os anos setenta, oitenta e noventa, relacionando-as com os diferentes estágios da Linguística Textual. Marcuschi (2000), por sua vez, apresenta o levantamento de algumas propostas de investigação dos gêneros e tipos textuais seguindo os seguintes parâmetros: as tipologias que analisaram os textos escritos, os textos orais e as que analisaram tanto a escrita quanto a oralidade.

Os estudos sobre tipologias textuais nos permitem afirmar que a elaboração destas perpassa inevitavelmente pelo estabelecimento de critérios selecionados pelos autores, definindo, por conseguinte, o ponto de vista de observação dos textos. Assim, podemos ter propostas baseadas em aspectos internos (ou estritamente linguísticos), em aspectos externos e em aspectos internos e externos. Contudo, Marcuschi (2000, p. 29-30) nos adverte que

as classes deveriam preencher, pelo menos em princípio, algumas condições de relevância lingüística ou discursiva. Assim, não seria plausível julgar que um exemplar dos “*artigos de jornal cortados em forma triangular e expostos em praça pública por 15 dias no inverno passado*” pudesse ter algum interesse especial na análise em virtude dessas peculiaridades. Os critérios da construção dessa classe são pouco úteis para um trabalho lingüístico.

Isso não quer dizer que somente as tipologias de base linguística têm utilidade, pois a escolha de uma tipologia está diretamente relacionada aos objetivos do pesquisador. Outra questão que precisa ser levantada é sobre a tarefa muito difícil de uma dada tipologia dar conta da heterogeneidade dos textos, haja vista estas estabelecerem um

conjunto fechado de critérios. Essa diversidade de critérios também abarca as propostas de classificação das tipologias existentes. Petitjean (1989), por exemplo, parece apostar em uma classificação de base teórico-metodológica na medida em que divide as tipologias de acordo com as noções de modo enunciativo, função comunicativa e condições de produção. Já Ciapuscio (1994) utiliza o princípio cronológico em sua investigação, e Marcuschi (2000) apresenta as diferentes tipologias a partir das modalidades textuais, sejam orais, escritas ou orais e escritas.

Como sistemas de classificação de textos, as tipologias textuais também esbarram na problemática da terminologia, pois a noção de “tipo textual” não tem o mesmo sentido em diferentes propostas teóricas; além disso, há uma abundância de termos, tais como: “infraestrutura textual”, “sequência textual”, dentre outros. É sobre esta problemática que trataremos na seção seguinte.

3 AS TERMINOLOGIAS E SEUS CONCEITOS

A ausência de um consenso conceitual em relação à noção de “tipo textual” também pode ser explicada pela utilização de diferentes teorias de linguagem que a fundamentam. Em uma tentativa de elaborar uma síntese desta categoria, Silva (1999, p. 101) tece articulações entre diferentes quadros teóricos⁵ e formula uma concepção de “tipo textual” como

modos enunciativos de organização do discurso no texto [...], efetivados por operações textual-discursivas [...], construídas pelo locutor em função de sua atitude discursiva em relação ao seu objeto do dizer e ao seu interlocutor. Tudo isso é regulado pelo gênero a que o texto pertence e pela situação interlocutiva, ambientada em dada instância social do uso da linguagem.

⁵ Silva (1999) cita as contribuições advindas de Orlandi (1987), Koch e Fávero (1987), Adam (1987, 1991) e Charaudeau (1992). Destacamos, ainda, que o objetivo da autora não é o de situar a noção de “tipo textual” no interior de cada uma das propostas, mas de indicar aspectos que se assemelham.

Essa concepção nos deixa entrever que há uma forte conexão entre “tipo textual” e “gênero textual”, entre “tipo textual” e situação de comunicação e entre “tipo textual” e esfera de atividade humana (no sentido bakhtiniano), deixando evidente que a noção de “tipo textual” é concebida a partir do diálogo entre uma dimensão estrutural e uma dimensão discursiva. Esse entendimento é reforçado principalmente quando Silva (1999) apresenta os cinco diferentes tipos textuais em relação direta com os objetivos interlocutivos (e.g. o tipo textual pode modalizar-se na forma de narração se o que se almeja é contar, apresentar fatos, acontecimentos).

De forma oposta se posiciona Marcuschi (2002) ao apresentar diferenças entre as concepções de “gênero textual” e “tipo textual”. Para o autor, os tipos textuais são “construtos teóricos definidos por propriedades lingüísticas intrínsecas” (MARCUSCHI, 2002, p. 23). Como se pode observar, são considerados apenas os aspectos estruturais na noção de “tipo textual”. Essas posições ilustram que, mesmo em uma tentativa de estabilizar a noção de “tipo textual”, esta se apresenta escorregadia.

Ao abordar a noção de “tipo textual”, consideramos fundamental discutir o conceito de “superestrutura” de van Dijk (1978), haja vista considerarmos que este guarda convergência com a noção de “tipo textual” por causa do viés cognitivista. Outro argumento é apresentado por Marcuschi (2000) ao afirmar que, apesar de o autor não ter elaborado uma tipologia textual, a noção de “superestrutura” provê bases para isso.

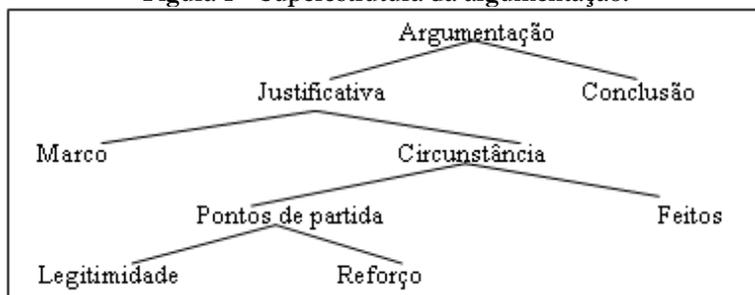
Van Dijk (1978, p 144) descreve superestrutura como “um tipo de esquema abstrato que estabelece a ordem global de um texto e que é constituído de uma série de categorias, cujas possibilidades se baseiam em regras convencionais”. Essa conceituação revela que a superestrutura tem um caráter textual, abstrato e convencional, aspectos estes que são confirmados no decorrer de seu texto de 1978.

A natureza textual da “superestrutura” se explica em oposição à natureza gramatical, de modo que a categoria se presta a definir um texto tomado em seu conjunto e não a partir de orações isoladas, por exemplo. Já a natureza abstrata, diz respeito ao fato de a “superestrutura” se constituir em um sistema secundário que não possui diretamente funções pragmáticas, e se manifestar indiretamente através dos sistemas lingüísticos das línguas naturais. Essas “estruturas textuais abstratas” são

conhecidas e utilizadas pelos falantes, de modo que estes produzem e interpretam textos de acordo com esse sistema implícito. Daí sua natureza convencional. De acordo com o autor, esse conhecimento cognitivo pertence aos falantes de uma dada comunidade linguística. Van Dijk (1978) define, ainda, a superestrutura como a “forma” do texto, contudo Marcuschi (2000, p. 42) nos adverte que “a superestrutura não é apenas forma, mas tem um componente cognitivo bastante claro [...]”.

Para ilustrar seu construto, van Dijk (1978) apresenta o esquema global da argumentação que está ilustrado na figura 1.

Figura 1 – Superestrutura da argumentação:



Fonte: Van Dijk (1978, p. 160).

A nosso ver, ao expor a noção de superestrutura, van Dijk (1978) oscila entre a apresentação de esquemas textuais relacionados ora à noção de “tipo textual” (como construto teórico na visão de Marcuschi, 2002), ora relacionado à noção de “gênero textual”. Nossa opinião é reforçada por Bonini (1999, p. 314) quando este afirma que a noção de superestrutura “[...] continua sendo bastante atraente para se pensar o gênero textual sob uma visão cognitivista.”.

Partindo dessa percepção, Bonini (1999) sugere a concepção de “intraestrutura textual” que se constitui em um esquema de base da superestrutura textual. Desse modo, um dado gênero textual como a notícia, por exemplo, possui uma superestrutura que é formada por categorias, tais como: manchete, lead, episódio principal, dentre outras, e dentro dessa superestrutura estão encaixadas duas intraestruturas: a expositiva e a narrativa que, por sua vez, se sobrepõem às categorias da superestrutura (cf. figura 2).

Embora a pretensão de Bonini (1999) não tenha sido desenvolver uma teoria sobre “tipo textual”, sentimos falta de uma exposição sobre os elementos que compõem o arranjo das intraestruturas. Outra questão que consideramos lacunosa e que apenas foi mencionada diz respeito à operacionalização do fenômeno da sobreposição entre as categorias da superestrutura e as categorias da infraestrutura. Considerando, ainda, que segundo Bonini (1999, p. 315) “o tipo completa-se por certas características ditadas pelo meio em que está inserido”, questionamos: em que medida as intraestruturas são convencionais? Afora essas reflexões, um dos aspectos positivos do estudo de Bonini (1999) é pôr em evidência a natureza cognitiva da noção de “tipo de texto”, ao mesmo tempo em que aproxima conceitualmente seu construto de outro – a noção de sequência textual de Adam.

Figura 2 – Esquema de encaixe de intraestruturas textuais na superestrutura da notícia:



Fonte: Bonini (1999, p. 315).

Em *A lingüística textual: introdução à análise textual dos discursos*, Adam (2008) declara que a teoria das seqüências textuais representa uma contrapartida em relação à generalidade das tipologias de textos. Os cinco tipos de seqüências propostos pelo autor (narrativa, descritiva, argumentativa, explicativa e dialógica) se constituem em esquemas textuais que foram memorizados e são reconhecidos pelos sujeitos nos processos de produção e recepção de textos.

Para Adam (2008, p. 204), uma sequência é

- uma **rede relacional hierárquica**: uma grandeza analisável em partes ligadas entre si e ligadas ao todo que elas constituem;
- uma **entidade relativamente autônoma, dotada de uma organização interna** que lhe é própria, e, portanto, numa relação de dependência-independência com o conjunto mais amplo do qual faz parte (o texto).

Essa definição ancora-se na concepção de que a “sequência textual” é um tipo de operação de textualização, uma estrutura composicional de natureza linguística, mas que sofre interferências das práticas discursivas. Isso se explica porque o enquadre teórico em que se insere a proposta do autor coloca a Linguística Textual como um subdomínio da Análise dos Discursos, propondo ao mesmo tempo uma separação e uma complementaridade entre as duas áreas. Essa opção epistemológica acabou gerando críticas de Bonini (2005, p. 232) que afirma que o autor propôs um quadro teórico “onde não fica clara a fronteira entre o que é externo à mente (fenômeno social) e o que é interno (fenômeno cognitivo)”. Essa percepção de “sequência textual” coaduna-se com a noção de “tipo textual” apresentada por Silva (1999), que articula elementos estruturais e discursivos, tomando o cuidado de lembrar que o conceito elaborado pela autora é oriundo em parte do quadro teórico de Adam.

A noção de sequência de Adam (2008) também guarda convergência com a noção de “superestrutura” pelo viés cognitivista, que é confirmado pelo próprio autor ao declarar que sua proposta teórica pretende prolongar os trabalhos desenvolvidos por van Dijk (1978), por exemplo.

O exame dos conceitos de “tipo textual”, “superestrutura”, “intraestrutura” e “sequência textual” revela diferentes perspectivas epistemológicas no modo de compreender os “esquemas globais” que compõem os textos, de modo que é recomendável não se usar um termo por outro e escolher a proposta tipológica que melhor se adequar aos objetivos da pesquisa. Dos conceitos explorados, o desenvolvimento da

noção de “sequência textual” por Adam (1992, 2008) mostra um construto teórico robusto capaz de permitir a análise de textos empíricos, daí a sua utilização na composição de propostas teóricas (ver BRONCKART, 2003) e pesquisas aplicadas (SANTOS, 2007).

4 ALGUMAS PROPOSTAS TIPOLÓGICAS

Nesta seção, iremos explorar duas propostas tipológicas, a saber: a de Koch e Fávero (1987) e a de Adam (1992, 2008), com a finalidade de ilustrar a noção de “tipo” e de “sequência” no interior de cada um dos quadros teóricos; assim, não temos a pretensão de detalhar os tipos apresentados nas tipologias.

4.1 A TIPOLOGIA TEXTUAL DE KOCH E FÁVERO

Situando-se no interior da Linguística Textual e partindo da reflexão de que as tipologias textuais carecem de critérios abrangentes que deem conta da análise de diferentes textos, Koch e Fávero (1987) estabelecem três dimensões interdependentes de análise dos tipos textuais, que são: a pragmática, a esquemática global (superestrutura) e a linguística (de superfície). A existência dessas dimensões se justifica pelo fato de que poderia tornar a tipologia explicativa, bem como permitiria articular as noções de “texto” e “discurso”. Essa correlação entre “texto” e “discurso” é considerada fundamental pelas autoras, haja vista a produção de textos envolver tanto o conhecimento dos aspectos internos quanto o conhecimento dos aspectos externos.

A dimensão pragmática corresponde aos macroatos de fala, às atitudes comunicativas e aos diversos modos como esses macroatos se atualizam em diferentes situações comunicativas. Assim, o “tipo injuntivo ou diretivo” se caracteriza pelo macroato de direcionar, orientar; pela atitude comunicativa de fazer saber fazer; e pela sua atualização em bulas de remédio, manuais de instrução e receitas culinárias, por exemplo. Já a dimensão esquemática global refere-se aos esquemas cognitivos ou formais que são adquiridos por impregnação cultural e guarda analogia com a noção de superestrutura de van Dijk

(1978). Nessa perspectiva, a dimensão esquemática do “tipo injuntivo” é constituída por um conjunto de ações sequencialmente ordenadas, tais como: ação 1 + ação 2 + ação 3 (...) = resultado ou produto. Por fim, a dimensão linguística de superfície corresponde às marcas textuais dos tempos e modos verbais, à composição dos períodos, aos articuladores textuais, dentre outros elementos linguísticos que venham a caracterizar cada tipo. Desse modo, no “tipo injuntivo ou diretivo” temos como marcas formais os verbos no imperativo, no infinitivo, no futuro do presente, o vocativo, períodos simples, dentre outros.

Kock e Fávero (1987) apresentam seis tipos textuais, a saber: tipo narrativo, tipo descritivo, tipo expositivo ou explicativo, tipo argumentativo strictu sensu, tipo injuntivo ou diretivo e tipo preditivo. As autoras acrescentam que poderiam ter mencionado outros como o conversacional e o retórico (poético), e justificam que não os incluíram porque estes se constituem em “macrotipos”. Essa categoria, que não é explicitada pelas autoras, parece se constituir em um “esquema textual” mais abrangente.

Desta tipologia, ponderamos que:

- a) não observamos a apresentação de um conceito para “tipo textual”, embora as autoras tenham realizado a descrição de diferentes tipos;
- b) as autoras incluem contribuições de diferentes fontes, como a de van Dijk (1978), na proposição de uma dimensão esquemática global; como a de Adam (1985), na adoção do tipo narrativo na descrição do esquema global narrativo. Considerando esse aspecto, questionamos sobre a convergência epistemológica dessas contribuições dentro do construto elaborado pelas autoras;
- c) a ausência dos critérios que conduziram as autoras a definirem as marcas linguísticas de superfície em cada um dos tipos textuais;
- d) uma discussão sobre a interdependência dessas dimensões, de modo que possamos compreender como se operacionalizam

- essas dimensões na análise de textos concretos, esclarecendo se a tipologia se caracteriza por ser mais formal ou funcional;
- e) a ausência de uma explanação sobre a natureza do fenômeno de dominância tipológica, que é apenas citado pelas autoras.

4.2 A TIPOLOGIA SEQUENCIAL DE ADAM

No texto Quadro teórico de uma tipologia textual, Adam (1991) explicita que seu construto é tributário das concepções bakhtinianas de gênero. O autor adota a conceituação de que os gêneros são relativamente estáveis e a ideia de que os gêneros primários podem constituir os secundários para desenvolver sua hipótese de que os gêneros primários correspondem a sequências prototípicas. Essa compreensão do autor conduz Bonini (2005, p. 232) a afirmar que

Adam rompe com o conceito de enunciado como formulado por Bakhtin. Diferentemente do enunciado (como uma unidade de alternância entre interlocutores e que pode assumir a forma de um gênero), a seqüência não funciona como *unidade viva* da língua, não podendo corresponder a um gênero primário.

Para compreendermos com maior abrangência a noção de sequência textual e que o plano da sequencialidade é o nível que permite a realização de uma análise textual (linguística) dos discursos, faz-se necessário mencionarmos que a noção de texto do autor é construída a partir de uma configuração pragmática e de uma sucessão de proposições, como pode ser visualizado na figura 3.

Figura 3 – Plano de organização da textualidade:



Fonte: Adam (1992, p. 21)

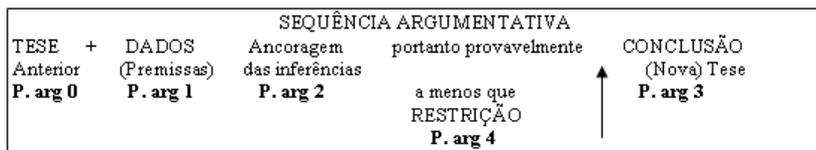
O nível pragmático admite três dimensões: uma argumentativa (A1), que define todo texto como visando a um objetivo ilocucionário; uma ancoragem enunciativa (A2), que confere ao texto uma tonalidade enunciativa em relação a como este deve ser tomado, se discurso oral, se discurso escrito, se discurso científico, se discurso poético, dentre outros; uma semântica (A3), que corresponde ao tema ou tópico do discurso (macroato semântico). Já o nível da sucessão de proposições admite duas dimensões: uma conectividade (B1), que corresponde aos elementos de ligação que entrelaçam o texto, e uma sequencialidade (B2), que corresponde às sequências textuais.

Dentro dessa tipologia, uma sequência é concebida como uma unidade textual complexa composta de blocos de proposições denominados macroproposições, e essas unidades textuais, por sua vez, são constituídas de microproposições. Em suma, podemos afirmar que a sequência é uma unidade constituinte do texto e que o texto enquanto sucessão de proposições se constitui de unidades sequenciais.

Adam (2008) distingue ainda a sequência do período e repousa sua explicação no nível de complexidade hierárquica da sequência. Segundo o autor, os períodos são “unidades textuais frouxamente tipificadas”, enquanto as sequências são “unidades mais complexas, tipificadas” (ADAM, 2008, p. 203). Essa distinção nos permite questionar se todo texto é constituído obrigatoriamente de sequências. A resposta a esta discussão repousa na exposição da descrição como sendo caracterizada por “uma frágil caracterização sequencial”, bem como repousa na afirmação de que a diferença entre período e sequência é mais uma questão de grau. Isso significa dizer que a descrição situa-se entre o período e as sequências propriamente ditas (a narrativa, a explicativa, a argumentativa e a dialogal) e que nem todo texto é necessariamente constituído de sequências.

Para efeito de ilustração, Adam (1992) propõe uma sequência argumentativa prototípica formada de várias macroproposições, a saber: tese anterior, dados, apoio, restrição e conclusão (ver Figura 4). Essas macroproposições, por sua vez, não estão organizadas textualmente em uma ordem linear, permitindo, por conseguinte, diferentes configurações, como foi identificado na pesquisa de Sousa (2004) em editoriais de jornais.

Figura 4 – Protótipo da sequência argumentativa:



Fonte: Adam (1992, p. 118)

A tipologia de Adam também procura dar conta da heterogeneidade dos textos e dispõe que a estruturação sequencial se dá pela combinação de seqüências e pela dominância sequencial. As combinações de seqüências podem ocorrer através de seqüências coordenadas (Seq. 1 + Seq. 2 + Seq.3 + Seq n), através de seqüências inseridas (Seq. 1... Seq. 2... Seq. 1), e através de seqüências alternadas ([Seq. 1...[Seq. 2... [Seq. 1 continuação [Seq. 2 continuação ... Seq. 1 fim] Seq. 2 fim]). Já a dominância sequencial pode ser definida pela seqüência matriz que abre e fecha o texto, pelo maior número de seqüências de um mesmo tipo e pela seqüência na qual um texto pode ser resumido.

Essas especificações esclarecem algumas dúvidas sobre a diferença entre os fenômenos de dominância e inserção sequencial que pairavam em textos de Giering (2000) e de Sousa (2007), que discutiram os limites e as fronteiras desses fenômenos. Por outro lado, afirmações como “os gêneros do conto e da fábula são gêneros narrativos, se levarmos em conta o tipo sequencial narrativo como matriz. Podem ser considerados argumentativos, se focalizarmos o encaixamento argumentativo na máxima de moralidade” (ADAM, 2008, p. 275), nos levam a refletir que o efeito de dominância ora é definido formalmente, ora funcionalmente. Esta posição do autor contrapõe-se a um dos postulados de Isenberg (1987), o rigor, que afirma não poder haver ambigüidade tipológica na classificação dos textos.

Apesar das críticas recebidas, a proposta sequencial de Adam é uma teoria que está embasada na análise de textos reais (mesmo que algumas análises do mesmo texto tenham sido alteradas pelo autor,

conforme atesta Giering, 2000); que tem demonstrado ter poder explicativo, haja vista a utilização de seus protótipos em análises textuais; e que é considerada uma das tipologias mais representativas (CIAPUSCIO, 1994).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho nos propusemos investigar a noção de “tipo textual” e “sequência textual” dentro do quadro teórico de Koch e Fávero (1987) e de Adam (1992, 2008) e no desenvolvimento deste objetivo perpassamos pela discussão em torno das noções de “tipologia”, de “tipo textual”, de “superestrutura”, de “intraestrutura”, e de “sequência textual”. Essas reflexões nos conduziram à constatação de que estas diferentes terminologias representam construtos com noções conceituais diversas, embora apresentem pontos de convergência, tais como: a natureza cognitiva dessas noções, a existência de uma quantidade limitada de “tipos”. Por outro lado, constatamos a não coincidência na indicação das categorias textuais e a relação de influência de elementos de natureza externa (social) na constituição dos quadros teóricos analisados.

Dada a extensão deste ensaio, nos detivemos somente na abordagem de duas tipologias de textos, contudo esclarecemos que há tipologias de textos e de discursos elaboradas, respectivamente, nos campos da Linguística de Texto e da Teoria do Discurso. No âmbito da Linguística de Texto, a partir dos anos oitenta, foram criadas tipologias que utilizaram critérios múltiplos. Essa percepção está ilustrada tanto na tipologia de Koch e Fávero (1987), que estabelece diferentes dimensões (pragmática, esquemática global e a linguística de superfície) na identificação de um “tipo textual”, quanto na proposta de Adam (1992, 2008), que elabora um construto que reestrutura a noção de texto, colocando-o dentro de uma perspectiva pragmática e composicional. Assim, a noção de “tipo textual” em Koch e Fávero (1987) é multidimensional por natureza, ao passo que na proposta de Adam (1992, 2008) o que se apresenta multidimensional é o enquadre epistemológico global em que está inserida a noção de “sequência textual”.

Em nível aplicado, o resultado da pesquisa de Silva (1995), que constatou a existência de uma pertinência entre os critérios selecionados pelos alunos no reconhecimento de seus próprios textos quanto ao tipo textual e as dimensões apresentadas pela tipologia de Kock e Fávero (1987), nos permite afirmar que, se abordados como um conhecimento sistemático, os “tipos textuais” podem ampliar as competências e habilidades discursivas, textuais e linguísticas dos estudantes.

Dada a abrangência do tema (tipologias textuais), abre-se, portanto, a possibilidade de ampliar a análise em direção a outras propostas. No que se refere à teoria de Adam (1992, 2008), também se torna viável a investigação crítica de vários pontos que ficaram soltos no decorrer de sua explanação, tais como: a influência da dimensão configuracional na dimensão composicional dos textos e os aspectos conceituais que diferenciam os fenômenos da combinação e da dominância de sequências.

REFERÊNCIAS

- ADAM, J-M. Cadre théorique d'une typologie séquentielle. **Études de Linguistique Appliquée**: textes, discours types et genres, n. 83, p. 6-18, 1991.
- _____. **Les textes**: types et prototypes. Paris: Nathan, 1992.
- _____. **A linguística textual**: uma introdução à análise textual dos discursos. São Paulo: Cortez, 2008.
- BLÜHDORN, H.; ANDRADE, M. L. C. V. O. Tendências recentes da linguística textual na Alemanha e no Brasil. In: WIESER, H. P.; KOCH, I. (Orgs.). **Linguística textual**: perspectivas alemãs. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. p. 17-46.
- BONINI, A. Reflexões em torno de um conceito psicolinguístico de tipo de texto. **D.E.L.T.A.**, São Paulo, v. 15, n. 2, 1999, p. 301-318.
- _____. A noção de seqüência textual na análise pragmático-textual de Jean-Michel Adam. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH. (Orgs.). **Gêneros**: teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 208-236.
- BRONCKART, J.-P. **Atividade de linguagem, textos e discursos**: por um interacionismo sócio-discursivo. São Paulo: Educ, 2003.

CIAPUSCIO, G. E. **Tipos textuales**. Argentina: Oficina de Publicaciones Cielo Básico Comum, 1994.

GIERING, M. E. O modelo dos esquemas seqüenciais de J.-M. Adam: solução ou problema? **Letras**, Santa Maria, n. 20, p. 53-76, jan./jun. 2000.

ISENBERG, I. Cuestiones fundamentales de tipología textual. In: BERNÁRDEZ, E. **Lingüística del texto**. Madrid: Arco Libros, 1987, p. 97-129.

KOCH, I. G. V.; FÁVERO, L. L. Contribuição a uma tipologia textual. **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 3, n. 1, p. 3-10, jun. 1987.

MARCUSCHI, L. A. **Gêneros textuais**: o que são e como se constituem. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2000. Mimeografado.

_____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.). **Gêneros textuais & ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, p. 19-36.

PETITJEAN, A. Les typologies textuelles. **Pratiques**, Paris, n. 62, p. 86-125, 1989.

SANTOS, M. I. A organização da argumentação sob a perspectiva do plano composicional. In: CAVALCANTE, M. M. *et al.* **Texto e discurso sob múltiplos olhares**: gêneros e seqüências textuais. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, p. 169-200.

SILVA, J. Q. Gênero discursivo e tipo textual. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 87-106, 1º sem. 1999.

SOUSA, S. C. T. **Estudo da organização textual argumentativa em editoriais de jornais**. 2004. 141 f. Dissertação (Mestrado em Lingüística), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

_____. Um estudo da seqüência argumentativa em editoriais de jornais. In: CAVALCANTE, M. M. *et al.* **Texto e discurso sob múltiplos olhares**: gêneros e seqüências textuais. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 141-168.

VAN DIJK, T. A. **La ciência del texto**: um enfoque interdisciplinar. 3. ed. Buenos Aires/Barcelona/México: Paidós, 1978.

Recebido em 08/08/11. Aprovado em: 16/04/12.

Title: Typological approaches on texts

Author: Socorro Cláudia Tavares de Sousa

Abstract: As a part in the area of Text Linguistics, this paper aims to discuss the notion of "textual type" and "textual sequence" within the theoretical framework developed by Koch and Fávero (1987) and by Adam (1992, 2008). To reach such a purpose, we initially discussed the concept of typology, then we investigated the various terminologies and conceptualizations used to frame the "theoretical schemes", and finally we examined how the notions of "textual type" and "textual sequence" are presented within the typologies selected. The analysis permitted us to observe: convergent aspects regarding the cognitive nature of the concepts and the existence of a limited amount of "text types"; and divergent aspects regarding the relation of influence of the social factors on the concepts analyzed and non-coincidence of types presented.

Keywords: Typology. Textual sequence. Textual type.

Título: Los abordajes tipológicos de los textos

Autor: Socorro Cláudia Tavares de Sousa

Resumen: Insertado en el área de la Lingüística Textual, el presente trabajo tiene como objetivo investigar la noción de "tipo textual" y de "secuencia textual" en el interior del cuadro teórico elaborado por Koch y Fávero (1987) y por Adam (1992, 2008). Para realizar este intento, inicialmente discutimos la noción de tipología, enseguida analizamos las diferentes terminologías y conceptualizaciones utilizadas para designar los "esquemas textuales" y por fin examinamos como las nociones de "tipo textual" y "secuencia textual" son presentadas en las tipologías seleccionadas. El análisis de esas construcciones teóricas nos permitió constatar: aspectos convergentes en lo que se refiere a la naturaleza cognitiva de las nociones y la existencia de una cantidad limitada de "tipos textuales"; y aspectos divergentes en lo que se refiere a la relación de influencia de los factores sociales en la constitución de las nociones analizadas y la no coincidencia de los tipos presentados.

Palabras-clave: tipología, secuencia textual, tipo textual.